

A HISTÓRIA MILITAR: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural¹

Amanda Pinheiro Mancuso (Doutora pelo PPGCSO da UFSCar, Pesquisadora associada do Arquivo de História Militar Ana Lagôa e docente do IPESU)

RESUMO: Este trabalho propõe um exercício de reflexão teórica sobre o papel da história militar e as críticas que lhe são frequentemente dirigidas, articulando essas questões com as reflexões sobre a construção histórica empreendida pela História Cultural, de forma a mostrar que as fraquezas e vulnerabilidades que atingem a produção histórica militar são as mesmas a que está sujeita de maneira geral toda produção historiográfica. O objetivo não é redimir a história militar e sua produção oficial pelo caráter ideológico comumente incutido nessas produções, mas sim, tornar o leitor atento a essas características que são marcantes nas construções históricas oficiais em função do papel institucional que exercem, de forma a ultrapassar barreiras culturais que se colocam diante dos historiadores e que acabam reproduzindo visões essencializadas sobre “os militares” como categoria de análise.

PALAVRAS-CHAVE: História Militar, Historiografia, História Cultural.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to promote a theoretical exercise about the military history role and the criticism usually addressed to it, by connecting these issues to a reflection about the historical construction undertaken by the Cultural History to show that the weakness and vulnerability that affect the military history production also affect the historiography production as a whole. The purpose is not to redeem the military history and its official production by the ideological character they usually have but to make readers attentive to those characteristics to make possible overcoming some cultural barriers inserted ahead of historiographers, which are responsible for reproducing essentialized views about “militaries” as an analytical category.

KEYWORDS: Military History, Historiography, Cultural History.

Introdução

¹ Este trabalho é parte da tese de doutoramento intitulada *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha*, defendida em setembro de 2007 sob orientação do Prof. Dr. João Roberto Martins Filho e contou com o apoio financeiro da Capes.

Por muito tempo, a temática militar foi tratada como um adendo dos estudos de história política produzidos no país. Nesse quadro, os trabalhos deslocavam-se, sobretudo, por um eixo central que se estendia da participação dos militares na vida política do país às relações entre civis e militares. Poucos eram os trabalhos que se preocupavam com a análise da dinâmica interna da instituição militar e, principalmente, sobre a maneira como esse *ethos* específico define a forma de pensar e agir de seus membros, conferindo-lhes características particulares que irão influenciar o modo como os militares se relacionam com o chamado “mundo de fora”.

Porém, diversas questões colocam os militares como um tema relevante e que merece a atenção do meio acadêmico. As Forças Armadas são um grupo social que concentra em suas mãos o poder por excelência – o poder das armas – e cuja função específica é, como define Huntington (1996), a administração da violência. Além disso, os militares foram protagonistas da vida pública no Brasil desde o século XIX e tomaram parte de maneira decisiva dos mais importantes eventos de nossa história política. Num país que procura consolidar um Estado democrático, a compreensão da temática militar é importante para a sua própria consolidação. Na conjuntura atual da Nova República, um dos problemas que se apresenta aos estudos militares é o da subordinação militar ao controle político civil, num ajuste de contas com a política brasileira.

Nesse sentido, o estudo da história militar, foco deste trabalho, contribui para o aperfeiçoamento do controle democrático, uma vez que a compreensão militar dos problemas nacionais está diretamente relacionada a sua forma de pensar a própria história e, através dela, sua inserção na sociedade. Nesse contexto, a conjuntura democrática apresenta aos militares novos problemas como a reconfiguração de sua imagem e de seu papel social após vinte anos de regime de exceção, redimensionando a função e o significado da própria história militar.

No âmbito acadêmico, a história militar foi marcada por todas as mudanças de paradigma que envolveu o desenvolvimento da disciplina, o que lhe conferiu momentos de extrema produção e outros de diminuta importância em face dos novos objetos e olhares que se apresentavam aos historiadores ao longo do século XX. Aliado a isso, essa relação foi também fortemente influenciada pelo papel e função específica que o meio militar confere à construção histórica.

História Militar: uma análise do campo

Embora seu principal objeto, a guerra, seja descrito como um dos fenômenos sociais mais antigos da humanidade e *porque as guerras, as instituições que as fazem possíveis e as idéias que guiam sua conduta formam uma parte importante da experiência humana, elas deveriam ser o principal sujeito do estudo histórico* (PARET, 1993:210), a posição da história militar como campo de especialização acadêmica se alterou constantemente ao longo dos anos. Como destacou Peter Paret, o desenvolvimento da disciplina partiu de uma análise que se caracterizava pela preocupação com as campanhas militares, as batalhas, suas estratégias e táticas, enquanto considerações sobre a forma como a guerra influenciava as estruturas institucionais, sociais e econômicas do período eram negligenciadas. Primordialmente, a história militar exercia uma função didática aos oficiais do exército, que deveriam aprender com as experiências do passado.

Diante disso, a consolidação da história como disciplina acadêmica acarretou a substituição do estudo das batalhas e da guerra pela história constitucional e diplomática, ao mesmo tempo em que os aspectos sociais e econômicos se tornavam cada vez mais importantes (PARET, 1993:212). Esse período de menor atenção dada aos eventos militares, por sua vez, coincide com o desenvolvimento das perspectivas da Escola dos Annales na França, da história social anglo-saxã e da historiografia marxista, que consideravam que ao invés de narrar acontecimentos os historiadores deveriam dedicar-se à análise das estruturas sociais. Essas perspectivas ganharam fôlego no período pós-Segunda Guerra, quando se desenvolveram com força a história econômica e social enquanto a história política passava para segundo plano por ser considerada tradicional, sendo seguida pela história militar que sofreu as conseqüências dos horrores provocados pela guerra.

Nesse quadro, a história militar era considerada uma disciplina sem interesse acadêmico e a análise das batalhas sua parte mais decadente (LÓPEZ, 2000). Praticamente abandonada pela academia, esta área acabou restrita aos meios militares, num processo que limitou muito seu estudo independente. Essa assimetria entre a história acadêmica e os programas de história militar das forças armadas foi uma das razões do retraimento do estudo histórico da guerra para uma área marginal de especialização.

Esse afastamento da academia permitiu que as organizações de historiadores ligados às sessões históricas das Forças Armadas em diversos países estendessem seu poder sobre o campo através do controle dos arquivos e do conhecimento técnico (“technical expertise”), cuja importância crescia com a industrialização da guerra (PARET, 1993:215). Esse processo aumentou ainda mais a distância com o meio acadêmico, pois geralmente esses departamentos oficiais de publicação tinham uma característica

apologética ou de orientação política que comprometia a visão que o profissional da historiografia adotava para o estudo militar e, em razão disso, os historiadores acadêmicos por muito tempo hesitaram em se envolver com história militar (TALLET, 1992:1).

Nesse quadro, os historiadores militares que se arriscavam a enfrentar as dificuldades que lhes eram impostas eram vistos com suspeita tanto pelos seus colegas de profissão quanto pelos militares. Segundo Gordon Craig (1986:352), a suspeita militar seria resultado do desprezo natural do profissional pelo amador, enquanto a suspeita de seus pares apresenta raízes mais profundas: a crença, em especial nos países democráticos, de que a guerra é uma alienação no processo histórico e que, conseqüentemente, seu estudo não é nem frutífero, nem decente.

Ainda assim, paulatinamente, o estudo da guerra e da história militar vem passando por um processo de renovação e revalorização, sendo possível mesmo afirmar que agora a história militar começou efetivamente a escapar da influência de seus praticantes do século XIX e início do século XX, que tendiam a ser militares escrevendo para outros militares (TALLET, 1992:1). Se até então o estudo da guerra era didático e normativo, isto é, se as guerras do passado eram estudadas a fim de deduzir seus princípios imutáveis ou as linhas de desenvolvimento guias para a condução eficiente da guerra no futuro (HOWARD, 2001:IX), passava-se a acreditar realmente que o historiador dedicado ao estudo da guerra deveria estudá-la não apenas no panorama da história política, mas também da história econômica, social e cultural sem, contudo, negligenciar o fim último para o qual as forças armadas foram criadas: o combate.

Essa corrente de renovação histórica, que ficou conhecida como Nova História Cultural, beneficiou o estudo da história militar e seus historiadores têm obtido sucesso na elucidação de tópicos que eram negligenciados por seus antecessores. Nesse contexto, a batalha deixa de ser vista isoladamente e passa a ser analisada como parte da história, uma vez que, enfocando a dependência contínua do homem à força como um instrumento da política, entendeu-se que todos os seus aspectos são pertinentes para a história militar (PARET, 1993:220).

Mais que isso, segundo Burke (2005:139), é fácil ver porque o tópico da violência atrai hoje os historiadores culturais:

A sugestão de que a violência tem uma história cultural pode parecer surpreendente, já que ela muitas vezes é vista como a erupção de um vulcão, a expressão de impulsos humanos que nada têm a ver com a cultura. O argumento de que é uma espécie de teatro pode até parecer escandaloso, já que se derrama sangue de verdade.

No entanto, a analogia do teatro não pretende negar o derramamento de sangue. (...) A proposta da abordagem cultural é revelar o significado da violência aparentemente “sem significado” e as regras que governam o seu emprego.

O processo proporcionado por esse “novo” modo de fazer história – que aumentou significativamente a interdisciplinaridade e diversificou a variedade de fontes disponíveis para o estudo dos mais diversos objetos – afetou a produção da história militar tanto nas instituições civis como nas militares. A nova história se beneficiou da produção historiográfica militar, principalmente nos países em que ela é produzida de maneira mais sistemática (caso, por exemplo, dos EUA), onde a qualidade das histórias oficiais é boa e elas podem servir de base para o trabalho de outros pesquisadores, principalmente como alvo dos estudos revisionistas, seus maiores beneficiários (embora o problema da dificuldade de acesso ao material, sob domínio e controle das instituições militares ainda persista) (PARET, 1993:215-217).

Olhando pela perspectiva institucional e não-acadêmica, o tema pode adquirir novas formas em razão de sua utilização como recurso para atender diferentes funções para a instituição. Uma dessas funções diz respeito à utilização da história militar como substituta da experiência prática, uma vez que a guerra, em sua realidade, não é algo que se possa criar ou simular em sua totalidade para fins de treinamento. Partindo do princípio de que a vocação militar se torna uma profissão pelo acúmulo de experiências que promoveriam um conjunto de conhecimentos profissionais, Samuel Huntington (1996:82) afirma que a história militar seria o meio de acumular tais experiências:

Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Liddell Hart, “a experiência universal”, e História Militar, como disse Moltke, “é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz”. Desse modo, a ética militar dá grande valor ao estudo metódico e objetivo da História. Mas a História só tem valor para o militar quando é aproveitada para desenvolver princípios capazes de futura aplicação.

Como consequência, surge uma segunda função da história militar apontada por Liddell Hart, que considera a História como a experiência universal de muitos sob as mais diversas condições, transformando-se em ideal de treinamento militar uma vez que proporciona uma experiência indireta de grande valor pela sua variedade e extensão:

Aqui está a explicação racional de se ter a história militar como base da educação militar – seu valor prático preponderante para a formação e desenvolvimento mental do militar. Porém, como toda experiência, os benefícios dependerão da amplitude e do método utilizado em seu estudo (LIDDELL HART, 1982:26).

A história militar exerce ainda uma terceira função que, embora seja a mais criticada pelo meio acadêmico, é também uma das mais importantes para a instituição. Trata-se de sua utilização como elemento de doutrinação dos oficiais, principalmente dos jovens ingressantes nas Forças Armadas. Mais especificamente, como meio de lhes ensinar não somente a história da instituição na qual estão se inserindo, mas principalmente de imbuí-los de seus valores intrínsecos e do modo de vida ao qual terão que se adaptar, justificando-se a seleção de dados e informações de forma a promover uma interpretação idealizada dos acontecimentos:

A história militar é antes uma interpretação idealizada dos acontecimentos passados, destinados a inspirar o profissional. Quanto ao ensino de história, os oficiais militares criticam abertamente a instrução civil ministrada em programas universitários de treinamento de oficiais de reserva, visto acharem que os historiadores acadêmicos são indiferentes ao uso da história com a finalidade de doutrinação de futuros oficiais (JANOWITZ, 1967:222-223).

Essa visão utilitarista da história enfraqueceu o impacto da história militar como disciplina acadêmica, pois essa orientação afeta a coleta e a seleção de dados. Porém, como veremos, essa é uma característica que pode ser encontrada em toda produção historiográfica e não somente na militar. Por outro lado, essa missão pedagógica se alia às expectativas especiais presentes em muitos dos potenciais leitores desses trabalhos. Esse espírito utilitarista e a fé na relevância da experiência histórica sempre foram forças-guia da história militar (PARET, 1993:15-16).²

Para historiadores com experiência como soldados profissionais tais como Liddell Hart e Michael Howard, essa utilização da história militar é perfeitamente natural. Já para o historiador que segue o caminho inverso, ou seja, que passa da vida acadêmica para os estudos militares, é necessário superar um certo ceticismo sobre o uso que pode ser feito de seus estudos, devido principalmente ao medo do círculo acadêmico de que seu trabalho possa ser usado de forma propagandística (HOWARD, 1983:188-189). No entanto, esse medo hoje vem desaparecendo não só pela ampliação da temática e dos centros de estudos desvinculados da prática oficial, como também pela percepção dos próprios pesquisadores de que os problemas a que essa história está sujeita incidem sobre toda a produção

² Tânia Oliveira, em trabalho que analisa o ensino de História Militar aos cadetes da Academia da Força Aérea brasileira (AFA), observou esse caráter pragmático da disciplina, como meio de extrair lições dos acontecimentos bélicos que possam ser utilizados em situações futuras. Mais que isso, a autora afirma que é possível observar nas academias militares a reprodução intencional de certos valores morais e culturais como forma de manutenção do espírito do profissional militar: “Assim sendo, o papel destinado ao conhecimento da História nas atividades militares, segundo a visão da instituição militar, é daquela que reproduza os valores próprios do profissional de farda e a busca de lições que as guerras passadas possam revelar para suas atividades bélicas” (OLIVEIRA, 2001:25).

historiográfica e, portanto, desde que contornados, sua produção pode servir como recurso e objeto de análise válido.

Porém, a produção da história militar e seu desenvolvimento como disciplina se deu de forma diferente em função dos diferentes contextos. Nos países europeus ela ocupa lugar de destaque porque a história da formação dessas nações se confunde com suas próprias guerras. Segundo Craig (1986:326-327), no Ocidente do século XIX (leia-se EUA e Europa Ocidental), a voz do povo era incrivelmente sentida em todas as áreas da administração governamental, na qual se inseriam as questões militares. Parecia importante para a segurança do Estado e para a manutenção de suas instituições militares que o público em geral fosse educado para uma apreciação “própria” dos problemas militares. Nesse sentido, as publicações do Estado-Maior eram destinadas não apenas para o uso do Exército, mas também para o consumo mais geral, embora os textos dos soldados fossem muito mais técnicos.

Da mesma forma nos EUA, trabalhos sobre a Guerra de Independência e sobre a Guerra Civil ocupam lugar de destaque na historiografia tanto acadêmica quanto militar devido às profundas marcas deixadas na sociedade por esses conflitos. Ao mesmo tempo, os assuntos militares estão hoje em debate por conta do envolvimento americano em operações militares recentes (Kosovo, 1998; Afeganistão, 2001; Iraque, 2003), as duas últimas decorrentes de ataques empreendidos por grupos “terroristas” afegãos em 11 de setembro de 2001 que fizeram com que, de alguma forma, a temática militar se tornasse parte da vida cotidiana do cidadão comum, abalado em seu sentimento de segurança.

Já no Brasil, a disciplina não adquiriu no mesmo passo a importância observada em outros países e o baixo interesse civil pelo tema tem suas razões. Embora tenhamos participado de uma das mais importantes e sangrentas guerras do século XIX, a Guerra do Paraguai (conhecida fora do Brasil como Guerra da Tríplice Aliança), a difundida percepção de ausência de ameaças externas fez com que a temática militar não ocupasse posição de destaque na academia.

Por outro lado, as Forças Armadas no Brasil tiveram maior envolvimento em questões internas que nos países Europeus e nos EUA, desempenhando papel predominantemente político. Embora essa seja uma característica encontrada em muitos países originários de estruturas coloniais da América Latina, África e Ásia, no Brasil a história militar se confunde em muitos momentos com a própria história do país. Dessa forma, o envolvimento político das Forças Armadas aliado à baixa atuação militar em conflitos externos, relegou de certa forma os assuntos relacionados à história militar a um papel marginal.

Embora alguns autores tenham nos mostrado que este foi um processo que caracterizou uma fase do pensamento histórico mundial, o Brasil parece estar levando mais tempo para se libertar de antigas concepções. Talvez isso se deva ao fato de que, enquanto em muitos países a história militar passava pelo processo de revalorização, vivia-se no Brasil um regime dirigido pelas Forças Armadas e a desqualificação de tudo o que estivesse relacionado a esta temática pode ser considerada como conseqüência natural. Como destacou Castro (2004:13), a história militar acadêmica seguiu uma trajetória difícil no Brasil, pois o envolvimento militar na política desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas e a maioria dos trabalhos voltou sua atenção ao estudo de seu envolvimento na política.

Na área militar, a construção desse campo também não se deu de forma linear. Embora o imaginário militar busque na Batalha de Guararapes suas raízes históricas (CASTRO, 2002), é muito difícil falarmos numa história militar genuinamente brasileira até o século XIX. Enquanto colônia, até esse momento nossa história militar se confundia com a história militar de Portugal, sendo considerada como um sub-campo da “vida militar” portuguesa, embora as instituições e práticas militares européias tenham sofrido alterações no processo de implementação no Novo Mundo (CASTRO, 2004:12).

Era também muito difícil nesse período separar a história militar da produção desenvolvida por outros campos da história e da literatura, não chegando a constituir campo próprio. Como descreve Janotti (2000:122), durante o século XIX, a própria historiografia foi definida como gênero literário para somente depois ser elevada à categoria de conhecimento científico e, até hoje, essas duas posturas se encontram presentes no discurso historiográfico. Nesse sentido, por algum tempo as memórias pessoais e os trabalhos de viés literário dominavam a história militar brasileira e somente a partir de 1890 é possível identificar a emergência de um gênero de história militar brasileira, período que coincide com o crescimento e fortalecimento institucional do Exército (CASTRO, 2004:14).

As obras tanto de Visconde de Taunay (1925) quanto de Tasso Fragoso (1934) são exemplos de uma fase da história militar brasileira que marcou as primeiras décadas do século XX, no qual a fascinação com os aspectos românticos e patrióticos da história militar permeou setores da sociedade brasileira. Contudo, no final dos anos 30 essa situação começou a mudar. O processo de reestruturação do Exército iniciado em fins do século anterior, os movimentos tenentistas que marcaram a década de 1920 e a proeminência das Forças Armadas no cenário político na década posterior fizeram com que o Exército assumisse diretamente a publicação dos autores de seu interesse através de sua Editora – Editora Biblioteca do Exército (CASTRO, 2004:15). Grande parte das publicações mostra o

interesse desse veículo na formação de seu corpo de oficiais e, neste intuito, as memórias do período revolucionário de 1920 e da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália durante a II Guerra Mundial forneceram grande quantidade de material publicado por essa editora.

Porém, o período posterior à participação das Forças Armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial marca um momento político delicado, no qual o ideário anticomunista da Guerra Fria definiu as publicações militares. No meio acadêmico, isso se refletiu na dificuldade de pesquisa e publicações sobre temas militares. Ainda assim, nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, identifica-se um volume substancial de trabalhos sobre os militares na política, cuja agenda (implícita ou explícita) era a busca das origens históricas do movimento de 1964 (CASTRO, 2004:16-17). O tema foi tratado de maneira diferente por muitos autores. Enquanto alguns centraram sua atenção em problemas de origens de classe, outros procuraram explicações de origem organizacional para compreender o comportamento político dos militares, baseando-se principalmente na educação militar e no processo de socialização dos oficiais (são expoentes dessa perspectiva os trabalhos de Carvalho, 2005; Coelho, 2000; Nun, 1992; Stepan, 1975).

Nesse contexto, grande parte das discussões girava em torno do problema do controle civil sobre os militares, numa comparação com outros exércitos, principalmente o americano, onde a profissionalização promoveu o afastamento militar da política. No Brasil, pelo contrário, o aprofundamento do processo de profissionalização fez com que as Forças Armadas se estabelecessem como atores políticos relevantes. Da mesma forma, a fraqueza institucional do sistema político aliada à recorrência de crises institucionais serviam como reforço ao papel político dos militares.

Entretanto, com o fim do regime militar, o tema começou a readquirir o respeito da academia e suas perspectivas analíticas se alteraram a partir da década de 90. O aumento gradativo do número de pesquisas e publicações, assim como a diversificação dos temas abordados menos voltadas ao problema do envolvimento militar na política trouxe novo fôlego para os estudos militares.³

A História Militar como construção: a contribuição da História Cultural

³ Prova dessa emergência pode ser encontrada na qualidade dos cerca de 100 trabalhos apresentados no I Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), realizado de 19-21 de setembro de 2007 na Universidade Federal de São Carlos e que reuniu pesquisadores de todo o Brasil e do exterior falando sobre os mais variados temas que envolvem estudos militares.

As críticas levantadas à história militar podem levar à impressão inicial de que toda essa construção histórica esteja comprometida pelo caráter utilitarista e doutrinário, como se fosse uma relação intransponível e presente somente na construção levada a efeito pela instituição militar. Contudo, essa relação se encontra presente na construção histórica dos mais diversos grupos e, principalmente no caso das histórias oficiais,⁴ ela está diretamente relacionada a aspectos de identificação desses grupos, abrangendo desde grupos mais restritos como as Forças Armadas, até grupos maiores como é o caso das grandes construções nacionais.

Partimos de pressuposto da historiografia que entende que toda história é discurso, um discurso sobre o passado, estruturado sob a forma de texto, que constitui o objeto de estudo da historiografia:

Respondendo à pergunta “o que é historiografia?”, diz Carbonell: “Nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado”. Neste sentido, “cabe à historiografia” – como área específica ou especializada de atuação dos historiadores – “não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores ou (...) sobre as obras históricas (...). Vale dizer, o debruçar-se sobre a história-conhecimento” (KARVAT, 2005: 48).

Esse conhecimento sobre o passado, por sua vez, não se baseia apenas nos eventos tais como se deram, sendo sempre mediado pelo tempo presente. Isto é, “tudo o que enunciamos acerca do passado resulta de um exercício proposto sempre e no próprio presente e, desta maneira, suscetível a este mesmo presente” (KARVAT, 2005:48). É este presente, segundo Michel de Certeau, de onde parte toda a escrita da História: *Já dizia Lucien Febvre no seu estilo muito próprio: “o Passado”, escrevia ele, “é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje”* (CERTEAU, 2002:22). Isso implica reconhecer que o conhecimento que temos acerca do passado se desenvolve com base nos problemas que preocupam os pesquisadores do presente.

O entendimento da produção histórica como narrativa foi por muito tempo rejeitada pelos historiadores, pois era associada a uma ênfase excessiva sobre os *grandes feitos de grandes homens*, isto é, supervalorizava a importância dos líderes políticos e militares em detrimento das pessoas comuns. Esta é justamente, segundo Shawn Smallman (1998:231),

⁴ Ser oficial significa sustentar em um determinado contexto, a fala de toda uma instituição. No caso das histórias oficiais, elas são as narrativas de caráter referencial para a instituição militar e são construídas como uma afirmação de veracidade que procura passar a mensagem: “esta é a nossa história” (MANCUSO, 2007:9).

a principal preocupação das Forças Armadas não somente no Brasil, mas na América Latina de forma geral, na construção de sua história oficial, principalmente na construção da memória pública de sua história. Nesse sentido, a narrativa resultante procuraria promover uma história que enfatize a unidade militar a despeito dos conflitos internos, excluindo assim lutas de facções, aliados civis e abusos de força violentos, que fazem parte da história do Exército desde sua constituição, ocultando muitas dessas experiências em favor das escolas, dos grandes oficiais, das ideologias dominantes e das missões externas.

Entretanto, reacendeu-se nos últimos anos tanto o interesse histórico pela narrativa como o interesse pelas práticas narrativas características de culturas particulares, isto é, a história que as pessoas de um determinado grupo e em um determinado contexto “contam a si mesmas sobre si mesmas”. Segundo Burke (2005:158), essas narrativas culturais, como foram chamadas, oferecem pistas importantes sobre o mundo em que foram contadas. É neste quadro que se insere a relação capital da história como um dos meios de compreensão da identidade militar. Isso porque essa história oficial se estabelece visando não somente seu aspecto público, citado por Smallman. Existe, sim, a preocupação com a consolidação de um discurso público através do qual buscam organizar e conduzir de maneira positiva a construção de sua imagem social e estabelecer “oficialmente” seu lugar e seu papel na história nacional. Porém, essa construção não pode entrar em conflito com a imagem difundida internamente como elemento de doutrinação dos novos oficiais ao mundo no qual vão se inserir, “uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais” (JANOWITZ, 1967:176). Dessa forma, esse discurso precisa equalizar o confronto que possa existir entre a sua visão particular dos fatos e a construção de sua imagem pública, chegando a uma narrativa que seja coerente a esses dois mundos.

Assim, consideramos que o discurso histórico oficial é elaborado nessa dupla relação, não somente com o público em geral, mesmo que afirme se dirigir a ele, mas também na relação com seus pares que, inevitavelmente, irão julgá-lo. E isso não acontece somente no caso da narrativa histórica de uma instituição tida como conservadora como é o caso das Forças Armadas, mas é característica geral de toda obra historiográfica, como demonstra Certeau (2002:72). Segundo este autor, é necessário verificar a prioridade do discurso histórico em cada obra historiográfica particular tendo em vista que o público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral:

Uma obra é menos cotada por seus compradores que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “polícia” do trabalho.

Torna-se, portanto, impossível pensar a narrativa histórica independentemente de suas condições de elaboração, pois é ela que define a sua produção, entendida por Certeau como o discurso resultante da relação da história com o tempo passado e presente, pois da mesma forma que esse discurso fala sobre a história (o passado), ele está situado nela através do presente:

Os discursos são históricos porque estão ligados a operações e definidos por funcionamentos e, por isso mesmo, não podem ser compreendidos independentemente da prática de que resultam. Por esta razão, entendo como história esta prática (uma “disciplina”), o seu resultado (o “discurso”) ou a relação de ambos sob a forma de uma “produção” (CERTEAU, 2002:32).

A idéia de “construção” ou “produção” da realidade surgiu dentro do panorama da Nova História Cultural, da qual Certeau é um dos mais destacados expoentes, em decorrência do desconforto gerado entre seus historiadores com uma implicação do conceito de “representação”. Central na nova história cultural, este conceito foi acusado de significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social e, em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em “construção” ou “produção” da realidade (de conhecimento, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidade e assim por diante) por meio de representações. A idéia de produção transpõe a antiga construção de causalidade que, por muito tempo, conduziu a análise histórica, tornando-nos, porém, atentos a dois outros problemas: de um lado, o remetimento do “fato” àquilo que o tornou possível e, de outro, a criação de uma coerência ou encadeamento entre os fenômenos constatados (CERTEAU, 2002:23). Essa coerência não é dada pelo encadeamento natural dos eventos históricos, pelo contrário, é produto das intenções e da posição social e histórica daquele que se dedica ao trabalho historiográfico. Como descreve Marshall Sahlins (2006:27):

O contar história histórico é o recontar, desde o começo, de um resultado já conhecido, aquele conhecimento que guia a seleção (dos arquivos) dos sucessivos eventos da narrativa. É como disse François Furet: “Toda história eventual é uma história teleológica; apenas o fim da história permite que se escolham e compreendam os eventos com os quais ela é fabricada”.

Dessa forma, os resultados da narrativa estariam mais relacionados aos objetivos propostos pelo trabalho historiográfico do que propriamente à sucessão de eventos, dado que esta é sempre definida por esses objetivos. Essa definição está estritamente relacionada ao que Certeau chama de lugar de produção – sócio-econômico, político e cultural – que irá definir a particularidade de onde eu falo e o domínio em que realizo uma investigação, ambos, portanto, impossíveis de serem suprimidos (CERTEAU, 2002:66-67).

Nesse sentido, o discurso histórico é resultado de uma série de fatores que irão determinar sua produção e, em função disso, a compreensão desses “movimentos discursivos” deve ser multifacetada (FREITAS, 2000:12). A inserção do autor num lugar de produção determina, tanto subjetiva quanto objetivamente, o tipo de análise que será empreendido. Entender essa ligação nos permite desnaturalizar a sucessão de eventos históricos e perceber que não há neutralidade no discurso, pois existe um autor implícito que é responsável pelo recorte, ordenamento e narrativa dos fatos:

A análise revelaria, assim, dois níveis do histórico, o das significações que o historiador voluntariamente atribui aos fatos narrados, dos quais pode tirar explicitamente lições morais ou políticas, e um segundo nível, cujas significações são perceptíveis através da temática do historiador, ou da estrutura de sua narrativa, que acaba por revelar, implicitamente, uma determinada visão, uma determinada filosofia da história.

Perceber isso é desconfiar da noção de fato histórico, tão cara a uma historiografia positivista. Perceber isso é descobrir que os fatos não existem por si, mas nascem do sentido que lhes é atribuído, do recorte que o historiador faz do real ao expressá-lo por palavras; não mera cópia, como quer fazer crer, ainda, a maior parte dos historiadores. (LEITE, 1999: 83).

Por tudo isso, é praticamente impossível analisar um discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza, o que significa dizer que esse discurso será produto não somente de seu lugar de produção, como também de uma situação social, que afeta ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso resultante. Assim, a história se define pela relação entre a linguagem (ou seja, o texto) e o corpo social, isto é, pelos limites que este corpo social impõe, permanecendo configurada pelo sistema no qual é elaborado (CERTEAU, 2002: 77). *Se isto é um “bem” ou um “mal”?* *Antes de mais nada é um fato, que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado* (CERTEAU, 2002: 74):

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso tudo aquilo que é a sua

condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida essa combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado à modificá-la (CERTEAU, 2002: 77).

Por essa perspectiva, podemos considerar a produção historiográfica como diretamente relacionada à construção da identidade social, não no sentido de que ela seja responsável pela definição de suas características, mas essa produção não deixa de levar em conta, mesmo que não intencionalmente, as questões concernentes à realidade social do grupo num dado momento. Nas palavras de Jurandir Malerba (2006:21): *A historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou.*

Segundo Certeau (2002:56), *O discurso explicita uma identidade social, não como 'dada' ou estável, mas enquanto se diferencia de uma época anterior ou de uma outra. É justamente esse processo de alinhamento das versões construídas sobre o passado pela sociedade do presente que motiva a historiografia, pois que por essas retificações a sociedade ajusta sua história às condições do presente. Conforme Malerba (2006:17):*

Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração. Quase desnecessário lembrar a ascendência croceana dessa postura, de acordo com a qual cada época levanta suas próprias questões e novas demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar seu passado. A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em recentes descobertas documentais e/ou alargamento do horizonte teórico-metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga o historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica.

No caso específico da produção historiográfica militar, essa retificação não nasce do desejo da crítica ou da necessidade teórico-metodológica de alargamento do conhecimento em função de novas fontes, mas de uma necessidade de atualização e realinhamento entre o passado e o presente, num processo estritamente relacionado à construção de sua identidade social. Isso porque, nesse realinhamento, o passado é “apresentado” de maneira a fazer sentido para o grupo no presente, criando, segundo Massino Mastrogrerori (2006:75), um espaço de *cognoscibilidade* dentro do qual é possível perceber o único passado possível. Nesse processo, aspectos como as condições políticas, econômicas, religiosas, morais e estéticas convergem num determinado presente para moldar o passado visível, isto é, *um passado possível de tornar-se real.*

É nesse sentido que entendemos que o discurso histórico oficial constitui recurso para a análise da identidade militar. É fato que nem todas as questões levantadas pela história sejam vividas no cotidiano da instituição, onde recebem destaque principalmente os elementos articulados pela tradição. Porém, as tradições não surgem simplesmente no cotidiano social e, antes mesmo de serem criadas, elas passam por uma elaboração da história.

Tomemos como referência o trabalho de Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições* (1997), que entende por “tradição inventada” um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição (HOBBSAWM, 1997:10). Essas tradições seriam inventadas como reação a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores (ou estabelecem seu próprio passado), principalmente quando uma transformação rápida da sociedade debilita os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais elas são incompatíveis. Dessa forma, com o intuito de se adaptar a um novo contexto, as sociedades acabam por se reinventar, garantindo sua própria continuidade.

Castro também trabalhou com a idéia desenvolvida por Hobsbawm, porém, afastando-se de sua concepção original ao considerar que não existem tradições genuínas: enquanto construção cultural, as tradições seriam todas elas inventadas. O autor destaca ainda que essa invenção não ocorre num terreno absolutamente livre, mas sim dentro de um campo de possibilidades históricas culturalmente limitado: *o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob o risco de não vingar* (CASTRO, 2002:10-11).

É nessa relação que se estabelece um dos principais papéis da história na construção da identidade, mostrando-se como um dos articuladores desse estoque simbólico descrito por Castro nas invenções culturais. A tradição, nesse sentido, pode ser entendida como o elemento que faz a passagem da história para o cotidiano, trazendo efetivamente o passado para o presente, sendo possível porque em algum momento já havia um discurso histórico de alguma forma elaborado, capaz de fornecer as bases para sua efetivação. Esse pode mesmo ser o caso das comemorações em torno de Guararapes, tido como o mito de origem do Exército Brasileiro. Embora essa construção tenha sido oficializada em 1994, pelo então Ministro do Exército General Zenildo Lucena, com a criação do Dia do Exército no dia da primeira batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648) (CASTRO, 2002), pode-se verificar que antes de passar para o terreno da tradição já havia uma construção historiográfica que evidenciava que essa passagem seria possível, como

demonstra a construção sobre o período existente já na primeira edição da *História do Exército Brasileiro* (1972). Não pretendemos, com isso, estabelecer uma relação de precedência entre história e tradição, mas trazer a narrativa histórica para o mesmo patamar das outras formas de representação.

Nesse sentido, Mastrogregori (2006:69) propõe considerar a historiografia como uma das expressões de tradição das lembranças. Por tradição das lembranças o autor entende a dinâmica pela qual as lembranças são transmitidas ou esquecidas:

Narrativas, listas de nomes e de coisas, história, mitos, cerimônias, relatos, crônicas, arquivos, bibliotecas, coleções, coletâneas de objetos, imagens, registros de custódia, conservação e tesauroização, monumentos, restaurações, escavações, ritos de comemoração, tudo isso são ações e resultados de tradições das lembranças assim como a destruição de rastros objetos, imagens e textos, interpolações, omissões, desmembramentos, dispersões, ruínas, abandonos, furtos, ocultamentos, sepulturas e reconstruções.

O próprio autor destaca a estranheza que a palavra tradição pode causar quando utilizada também como referência ao que se perde, uma vez que tradição é sempre concebida com valor positivo, como alguma coisa que é salva, transmitida. O limite, segundo ele, é lingüístico, pois não dispomos de um termo que abarque conservação e destruição, memória e esquecimento. Porém, aqueles que estudaram não apenas o resultado da tradição, mas principalmente seu processo, sabem que essas questões aparentemente contraditórias são, na verdade, duas faces da mesma moeda. Para entendê-lo melhor, deve-se ater a dois aspectos:

de um lado, a transmissão da lembrança e da imagem do passado é frequentemente ligada ao exercício do poder. Os movimentos da tradição histórica das lembranças, que são às vezes batalhas para o conhecimento crítico e a memória, foram inúmeras vezes deslançados pelo poder político ou religioso (pensem, por exemplo nas primeiras obras de Muratori). De outro lado, é preciso notar que esses movimentos determinam diretamente a formação, a posição, a localização das fontes que a historiografia científica um dia deverá explorar. O estudo do passado não é baseado em uma força de inércia na produção e na localização de rastros, de fontes, de documentos, mas na participação ativa de eras passadas – uma ação que vai em direção à conservação e à destruição (MASTROGREGORI, 2006:72).

Dessa forma, enquanto parte da tradição de lembranças, as narrativas históricas devem ser entendidas também como um processo dinâmico, uma vez que os discursos históricos construídos pela sociedade e pelos grupos não são fixos, sendo passíveis de sofrer alterações no decorrer das gerações e, dessa forma, não podem ser pensados de maneira dissociada da realidade social de sua produção. Isso sugere que, em diferentes

contextos, um determinado grupo pode pensar sobre si mesmo de maneira diferente e, conseqüentemente, reelaborar sua representação no discurso histórico. Como descreve Maria de Lourdes Mônaco Janotti (2000:119):

Estudos de historiografia supõem o julgamento da obra de história, não apenas como trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedido, mas também como resultado intelectual do confronto das concepções que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado momento vivido de seu percurso. Por esta circunstância, as condições históricas sob as quais a obra historiográfica foi produzida são tão importantes quanto as citações bibliográficas nela contidas.

Explicar, compreender a vida das grandes sociedades e registrar os acontecimentos presentes e passados foram sempre os objetivos mais aparentes da historiografia. Entretanto, essas opções são impelidas pela busca, sempre renovada, dos elementos constitutivos de uma identidade coletiva que se articula dialeticamente com o corpo abrangente das relações político-sociais (JANOTTI, 2000:119).

Por tudo isso, a história, através de sua produção, pode ser entendida como mais um dos campos onde se desenrolam as representações sociais, pois através da narrativa sobre o seu passado a sociedade é capaz de se reinventar sempre que necessário de forma a produzir uma conexão de sentidos entre os eventos de acordo com sua realidade num dado momento. Como afirma Certeau (2002: 33), a história oscila entre dois pólos: por um lado, ela remete a uma prática e, portanto, a uma realidade; por outro, é um discurso fechado num texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade. Assim, ao reorganizar seu passado, as sociedades estão sempre se representando, na medida em que as relações históricas que irão estabelecer consigo e com os outros estão sujeitas – senão determinadas – à realidade que as cerca num determinado momento. Ao estabelecer sua história, a sociedade se representa num determinado lugar, tempo e contexto. Para Certeau, essa operação histórica tem um efeito duplo, uma vez que ao historicizar o atual, o discurso personifica não apenas uma situação vivida, mas, ao mesmo tempo, representa aquilo que falta:

Um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si – o que ainda falta – senão por uma redistribuição do seu passado. Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro (CERTEAU, 2002:93).

Dessa forma, a escrita tem o mesmo valor de mito, pois que substitui as representações tradicionais que autorizam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção: *Sem dúvida a história é o nosso mito.*

Ela combina o 'pensável' e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende (CERTEAU, 2002:33).

Essa forma de pensar a historiografia também como um dos campos da representação foi uma mudança paradigmática importante que se desenvolveu nas décadas de 1980 e 90 na passagem da história estrutural para a área dos estudos de história cultural. Nesse momento, considerava-se que a cultura historiográfica havia perdido sua capacidade de explicação estrutural dos movimentos culturais e dos processos civilizatórios. Sua energia explicativa inicial, dos grandes feitos modernizadores, cedeu lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados. A mudança temática decorrente direcionou-se à compreensão do horizonte particularizado das culturas, da compreensão do outro – outros valores e outras culturas nas suas respectivas dimensões. Nesse panorama, ganharam destaque as análises das memórias coletivas e individuais uma vez que elas permitiriam o desdobramento metodológico em uma infinidade de possíveis leituras do passado: *Frente a essa diversidade de possibilidades da memória, o historiador já não consegue ter a certeza de reconstituir e significar um único passado (DIEHL, 2002:15).*

Contudo, se o estudo da memória e da identidade é uma das chaves de compreensão atual das perspectivas historiográficas elas não são, em essência, seu ponto central, mas sim as representações dessas memórias e das identidades nas experiências e expectativas de vida:

Entretanto, o processo de conscientização da experiência presente, através da rememoração, configura-se como o ponto chave da contemporaneidade daquilo que podemos chamar de identidade. O ato de rememorar produz sentido e significação através da ressubjetivação do sujeito e a repoetização do passado, produzindo uma nova estética do passado (DIEHL, 2002: 114).

Na medida em que a historiografia seja entendida como fruto da especialização e da profissionalização da história enquanto disciplina, podemos concordar com Malerba e sua análise sobre a perspectiva do teórico alemão Jörn Rüsen que demonstra a dificuldade de se pensar a historiografia como representação, pois que ela seria originária de uma necessidade da consciência histórica de orientação temporal no mundo. Nesse sentido, Rüsen propõe entendê-la a partir da idéia de *práticas de narração histórica, pois por meio dessas práticas a 'historiografia' torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana (MALERBA, 2006:22 – grifos do autor):*

Nesse reino das várias *práticas culturais de narração histórica* e das diferentes manifestações do construto mental chamado história, “historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social.

No entanto, grande parte das produções historiográficas militares não são obras que podem ser consideradas independentes, uma vez que estão ligadas à instituição por seu caráter oficial e, por isso mesmo, não seriam exemplo do que se poderia chamar de pensamento científico, que tem como um de seus pressupostos iniciais a objetividade. Porém, nem por isso essas obras podem ser desclassificadas como obras historiográficas. Como afirma Janotti (2000:120), não só obras originais, fruto da pesquisa inédita, mas também alguns textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica e didática podem ser suscetíveis de uma análise historiográfica. A essas obras a autora chama de manifestações historiográficas. Essa classificação pode ser estendida ao objeto deste trabalho, pois se parte das publicações militares não podem ser classificadas como obras historiográficas *strictu sensu*, elas não podem ter seu caráter historiográfico descartado uma vez que constituem a “escrita da história” (uma das definições mais elementares da historiografia) da instituição militar, embora conduzida pela própria instituição.

Essa perspectiva harmoniza-se à característica da história apontada por Horst Blanke, que afirma que *A matéria da história não é caracterizada apenas pelo fato de ser uma especialização acadêmica com seus métodos particulares, mas também por estar ligada à vida pública em geral* (BLANKE, 2006:51). Nesse sentido, a história não pertence somente àqueles atrelados a ela pela profissionalização e pela especialização, mas a todos os grupos sociais, tanto em termos coletivos quanto individuais. Essa construção da história considera o passado capaz de fazer sentido ao grupo no presente e, portanto, retomando Diehl (2002:115), são repoetizados e ressubjetivados apenas elementos e sentidos culturais dos grupos sociais específicos e não da sociedade como tal, *caso contrário, identidade passa a ser ideologia, facilmente vinculada à concepção de cultura nacional*.

Contudo, pondera Janotti (2000:121-122), embora o discurso histórico seja um campo fértil para a produção e reprodução ideológica, essa relação não se processa mecanicamente, *havendo diversos níveis de mediação entre a obra de história e as exigências das metas de dominação e controle social*. Como vimos, essa é justamente uma das críticas dirigidas à produção historiográfica militar, entendida como uma produção concebida com o fim único de doutrinação, o que marcou por muito tempo seu desenvolvimento e lugar dentro da academia.

Dessa forma, através desse exercício de reflexão teórica sobre o papel da história militar e as críticas que lhe são freqüentemente dirigidas, articulados com as reflexões sobre a construção histórica empreendida pela História Cultural, acreditamos conseguir demonstrar que as fraquezas e vulnerabilidades que atingem a produção histórica militar são as mesmas a que está sujeita de maneira geral toda produção historiográfica. Não queremos com isso redimir a história militar e sua produção oficial do caráter ideológico comumente inculcado nessas produções. Pelo contrário, ao tornar o leitor atento a essas características que são marcantes nas construções históricas oficiais em função do papel institucional que exercem, é possível ultrapassar barreiras culturais que se colocam diante dos historiadores e que acabam reproduzindo visões essencializadas sobre “os militares” como categoria de análise. Evitar essas essencializações é um passo importante em direção a consolidação de relações entre civis e militares adequadas ao desenvolvimento democrático.

Referências Bibliográficas

BLANKE, Horst Walter. “Para uma nova história da historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*. 3 vol. Distrito Federal: Fundação IBGE, 1972.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Carvalho, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CRAIG, Gordon A. “Delrück: The Military Historian” in *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 vol. Rio de Janeiro, 1934.

FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOWARD, Michael. "The use and abuse of Military History". In: *The cause of war and other essays*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1983.

_____ *War in European History*. New York: Oxford, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. "Diálogos convergentes: políticos e historiadores no início da república". In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

KARVAT, Erivan Cassiano. "A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programma* histórico". In *Revista de História Regional*, 10 (2): 47-70, Inverno, 2005.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *O foco narrativo. Ou a polêmica em torno da ilusão*. 9 ed. São Paulo: Ática, 1999.

LIDDELL HART, Basil H. *As grandes guerras da história*. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1982.

LÓPEZ, Antonio Espino. *La Renovación de la historia de las batallas*. Disponível em <<http://www.ejercito.mde.es/ihycm/revista/91/espino.html>>. Acesso em 25/01/2006.

MALERBA, Jurandir. "Teoria e história da historiografia". In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MASTROGREGORI, Massimo. "Historiografia e tradição das lembranças". In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas – os casos do Exército e da Marinha*. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFSCar – São Carlos.

NUN, Frederick M. *The time of generals: Latin American Professional militarism in world perspective*. Nebraska: Lincoln & London Press, 1992.

OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy. *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996 – 2004)*. 2005. 344 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. UFSCar – São Carlos.

PARET, Peter. “The history of war and the new military history”. In: *Understanding war: essays on Clausewitz and the History of military power*. Princeton, 1993.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SMALLMAN, Shawn C. “The violent censorship of brazilian veterans, 1945-1954”. In: *Hispanic American Historical Review*, 78:2, 1998.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TALLET, Frank. *War and Society in early-modern Europe, 1495-1715*. London: Routledge, 1992.

TAUNAY, Alfred d’Escragnoles. *A retirada da Laguna*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro.

recebido em: 31/10/2007

aprovado em: 30/06/2008